



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

AP.010.1.002844/14
Senha: 3C21796

www.protocolo.pi.gov.br

AL-P-(SGM) Nº 179

Teresina (PI), 20 de maio de 2014

Senhor Governador,

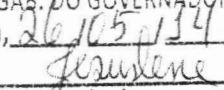
Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria da **Deputada Rejane Dias** que:

"Institui o Programa de Assistência às Pessoas Portadoras da Doença Celíaca no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências".

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA FILHO
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR
RECEBI em, 26/05/14

Responsável



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 02 DE DE DE 2013

Instituiu o Programa de Assistência às Pessoas Portadoras da Doença Celíaca no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Assistência às Pessoas Portadoras da Doença Celíaca.

Parágrafo único. São objetivos do Programa:

I - quantificar os portadores de doença celíaca no Estado do Piauí, para viabilizar o planejamento e a eficácia das ações do Programa;

II - promover a assistência aos portadores de doença de baixa renda, garantindo-lhes os direitos à saúde e à segurança alimentar;

III - fomentar o setor privado a adotar boas práticas na fabricação, comercialização e preparação de alimentos isentos de glúten, garantindo aos consumidores o acesso à alimentação segura e à informação, a liberdade de consumo, e promovendo a inovação e o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços alimentícios no Estado do Piauí;

IV - garantir a segurança alimentar e a saúde dos portadores de doença celíaca usuários dos serviços públicos estaduais que forneçam alimentação;

V - garantir aos portadores de doença celíaca o direito fundamental à merenda escolar na rede pública de ensino do Estado do Piauí.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde criará um cadastro quantitativo para apurar a incidência da doença celíaca no Estado do Piauí.

Art. 3º Será disponibilizada pela rede estadual de saúde a realização dos exames médicos necessários ao diagnóstico da doença celíaca, na forma estabelecida nas regulamentações do Ministério da Saúde.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Assistência Social garantirá mensalmente cesta básica com produtos que não contenham glúten, aos portadores de doença celíaca economicamente carentes.

§ 1º A Secretaria de Estado da Assistência Social concederá as cestas básicas segundo critérios objetivos de carência e número de doentes por família.

§ 2º O direito à cesta básica implica em comprovação por diagnóstico de especialista em Gastroenterologia.

§ 3º Os itens que compõem a referida cesta básica serão formulados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º O Estado deverá desenvolver esforços no sentido de conceder incentivo fiscal, às empresas produtoras de alimentos derivados de trigo, aveia, cevada e centeio que passarem a produzir, com segurança, alimentos que não contenham glúten.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

2

§ 1º Fica determinado que as empresas que produzem ou vierem a produzir alimentos sem glúten terão que fazer constar no rótulo de seus produtos a inscrição “não contém glúten”, de acordo com a Lei Federal nº 10. 674/2003 e suas posteriores alterações.

§ 2º O controle e fiscalização das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais referidos no **caput** do presente dispositivo ficará a encargo da Vigilância Sanitária vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 6º Os incentivos fiscais referidos no caput do artigo anterior deverão ser estendidos aos bares, lanchonetes e restaurantes que comercializam produtos especialmente elaborados para os portadores da doença celíaca.

Art. 7º O Estado do Piauí poderá firmar convênios com entidades paraestatais e organizações não governamentais, com o objetivo de:

I - fomentar a adoção de boas práticas na fabricação, comercialização e preparação de alimentos isentos de glúten pela indústria, pelo comércio e pelos serviços alimentícios, observando os padrões definidos na respectiva regulação setorial;

II - promover o consumo seguro e sustentável de alimentos isentos de glúten para portadores ou não da doença celíaca.

III - promover o desenvolvimento e a inovação na indústria, no comércio e nos serviços alimentícios.

Art. 8º Os supermercados e hipermercados deverão expor aos consumidores, em um mesmo local ou gôndola, todos os produtos alimentícios alternativos especialmente elaborados sem a utilização de glúten.

Art. 9º A Secretaria de Estado da Educação e Cultura deverá providenciar merenda escolar especial, isenta de glúten, para os estudantes da rede pública estadual portadores da doença celíaca, de forma a se garantir plenamente o direito do art. 208, VII, da Constituição Federal.

Art. 10. As cantinas e lanchonetes escolares das instituições de ensino privado no âmbito do Estado do Piauí deverão adotar as normas higiênico-sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dispondo nos cardápios opções de alimentos isentos de glúten, garantindo-se o direito à segurança alimentar dos portadores da doença celíaca.

Parágrafo único. em caso de descumprimento desta determinação acarretará a aplicação das penalidades contidas do art. 56 da Lei Federal nº 8078/90, no que couber.

Art. 11. Os hospitais públicos estaduais, restaurantes populares estaduais e demais serviços públicos estaduais que prestem alimentação, deverão fornecer, com segurança, alimentos isentos de glúten.

Art. 12. A Secretaria de Estado da Saúde realizará ações educativas visando esclarecer as características, sintomas e tratamento da doença celíaca, bem como a adequada manipulação de alimentos isentos de glúten, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 6.445/2013.

Parágrafo único. Deverão constar das ações educativas:

I - elaboração de cadernos técnicos para profissionais das redes públicas da Saúde e da Educação;

II - elaboração de cartilhas e folhetos explicativos para bares, hotéis, restaurantes e similares, e população em geral;

III - campanhas específicas para crianças e adolescentes da rede escolar; e



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

3

IV - organização de seminários, cursos e treinamento com vistas à capacitação dos profissionais de saúde, da educação e do setor hoteleiro, bares, restaurantes, lanchonetes, cantinas escolares e congêneres.

Art. 13. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 06 de maio de 2014.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**

Presidente

Dep. **FÁBIO NOVO**

1º Secretário

Dep. **HÉLIO ISAÍAS**

2º Secretário

